

## AS RELAÇÕES DE RACISMO NO ÂMBITO ESCOLAR DA EJA: SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO

Antônio Hilário da Silva Filho  
Jucimar Vieira Araújo  
Josiane Silva de Souza  
Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro

### RESUMO

O vigente artigo tem como objetivo realizar, através de uma pesquisa bibliográfica e documental (material utilizado na EJA e documentos governamentais), uma breve reflexão sobre as relações entre os afrodescendentes e a escolaridade no Brasil no contexto da EJA, para a partir daí pensar na superação desse racismo. Nessa efígie, são levadas em consideração as relações entre os atores escolares (alunos, professores e gestores), o material didático e os referenciais que os alunos assimilam sobre o negro. A partir dessa problemática, o trabalho apresenta os marcos governamentais que já ocorreram e as legislações vigentes no Brasil que têm como propósito superar a desigualdade racial, em especial aquelas voltadas às escolas que oferecem o ensino direcionado a Jovens e Adultos. Constatou-se, através desta pesquisa bibliográfica, que a maior parte dos alunos que recorrem à EJA é composta por negros ou pessoas de classe baixa que não tiveram acesso ao ensino regular na idade certa.

**PALAVRAS-CHAVE:** EJA. Educação. Preconceito. Racismo. Cidadania.

## RACISM RELATIONS IN THE YOUTH AND ADULT EDUCATION (EJA) SCHOOL ENVIRONMENT: ITS HISTORICAL CONSTRUCTION AND OVERCOMING STRATEGIES

### ABSTRACT

The present article aims at accomplishing, through a bibliographic and documentary research (material used in EJA and government documents), a brief reflection about the relations between black race and schooling in Brazil in the EJA context, therefore, to think of overcoming racism. In this context, the relationships among students, teachers and school managers, didactic material, and the references that students assimilate about black people are taken into account. Related to this problem, this work presents the government milestones which have already occurred and the current legislations in Brazil which have the overall purpose of overcoming racial inequality, especially those addressed to schools that offer education to young and adults. It was verified, through this bibliographic research, that most of the students who study in EJA are blacks or lower class people who did not have access to regular education at the right age.

**KEYWORDS:** EJA. Education. Prejudice. Racism. Citizenship.

## 1 INTRODUÇÃO

Os especialistas contemporâneos destacam que ainda há evidências bastante comuns de um Brasil saturado por um passado colonial escravista. Uma transcendência direta dessa história de opressão foi uma módica presença de negros no ambiente escolar ao longo do tempo. Semelhante a isso, um amplo contingente de jovens e adultos, na preponderância das vezes oriundos de âmbitos mais desfavorecidos da população, revelou-se excluído ou afastado do ambiente escolar. Entretanto, as políticas direcionadas para a Educação implementaram nas últimas décadas um programa que têm por objetivo expandir a educação até esse público, qual seja a Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Aspirando discutir as políticas públicas educacionais e a construção do conceito de educação de qualidade no âmbito da EJA, buscou-se analisar neste artigo a questão do racismo na educação brasileira, especificamente na EJA, apresentando sua construção histórica, para a partir daí pensar em estratégias de superação desse racismo na escola. Para isto, a investigação se deu por meio da pesquisa bibliográfica.

Durante a análise das políticas públicas educacionais, foi possível compreender os caminhos já traçados e os próximos necessários para aperfeiçoar as ações estatais que visam à desconstrução do racismo nas escolas. Posteriormente, ao ser apresentado o cenário lícito e cotidiano das escolas, são expostos caminhos possíveis para a desconstrução do racismo no ambiente escolar, principalmente mediante a valorização da cultura e da identidade negra. Contudo, o estudo mostra que é necessário um resgate histórico sobre a cultura afro-brasileira e a construção da identidade negra no Brasil, além de trazer exemplos de manifestações culturais e atividades que podem ser desenvolvidas nas escolas objetivando incrementar a desconstrução do racismo.

## 2 EDUCAÇÃO NA EJA

A Educação direcionada exclusivamente aos Jovens e Adultos - EJA é uma categoria de ensino que transcorre todos os níveis da Educação Básica brasileira; é destinada àquelas pessoas que não deram continuidade aos seus estudos ou que não tiveram acesso aos anos iniciais do Ensino Fundamental na idade pertinente. Assim a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), em seu artigo 37º § 1º enfatiza que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

De acordo com Ribeiro (2001), a alfabetização destinada a Jovens e Adultos é uma prática educativa de

caráter político, destinada a corrigir uma situação considerada de exclusão, segmento de uma descrição de marginalização social.

Paulo Freire, um dos renomados educadores brasileiros, reconhecido internacionalmente por seu método de alfabetização de adultos voltado exclusivamente para conscientizar o educando a vencer o analfabetismo político, conseguindo ler o mundo ao seu redor, a partir de suas histórias e experiências culturais. Compreendendo-se como oprimido e ao mesmo tempo libertador dessa condição preestabelecida ao longo dos séculos. Assim Freire defende:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá melhor que eles os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegará pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade (1992, p. 31).

Segundo a lógica de Freire, é importante cada cidadão se considerar como construtor de sua própria história, buscando a cada dia adquirir novos conhecimentos, saindo do comodismo e fugindo do preconceito presente no sistema de ensino. A difusão da alfabetização no Brasil se iniciou na segunda metade do século XIX, como forma de acompanhar a constituição tardia do sistema público de ensino, antes restrita a pequena parcela da classe imperial, onde o negro não fazia parte como cidadão. Assim, os dados da UNESCO mostram que:

Até fins do século XIX, as oportunidades de escolarização eram muito restritas, acessíveis quase que somente às elites proprietárias e aos homens livres das vilas e cidades, minoria da população. O primeiro recenseamento nacional brasileiro foi realizado durante o Império, em 1872, e constatou que 82,3% das pessoas com mais de cinco anos de idade eram analfabetas. Essa mesma proporção de analfabetos foi encontrada pelo censo realizado em 1890, após a proclamação da República (2008, p. 20).

O acesso ao sistema de ensino no império era destinado aos mais favorecidos, que tinham uma condição social elevada. Ao longo do tempo, isso foi mudando gradativamente. No entanto, muitas pessoas por terem que sustentar suas famílias não consideravam o ensino como primordial, e sim sua subsistência. Cada ser humano deve ter como base de subsistência sua

história cultural, de seus antepassados para conseguir se posicionar diante dos desafios do presente. Os negros em sua trajetória de vida no Brasil não conseguiram resgatar sua origem cultural em toda sua essência devido à escravidão, esquecendo suas raízes devido a esse momento infortunado.

Arroyo ressalta que:

A condição de cidadãos plenos ou de subcidadãos o esteve em nossa história atrelada a uma lógica territorial e racial binária entre territórios cultos e incultos, de direitos ou sem direitos, de dentro ou fora do pertencimento cidadão. Nessas lógicas ou nessa relação política foram classificados os coletivos sociais, étnicos, raciais, de gênero como cidadãos plenos ou como subcidadãos (2013, p. 364).

Com a EJA contemporânea cresceu a escolarização destinada aos pobres, negros, indígenas, do campo e das periferias. No entanto, o reconhecimento como cidadão pleno do seu público ainda está distante de se visualizar. O trabalho de Vieira, Burity & Vasconcelos (2017) destaca que desde a criação dos Direitos Humanos e o ponderamento de vários grupos tem havido um grande movimento pela ampliação do atendimento ao direito de educação para todos. Assim, têm sido muito os pedidos e propostas visando a aplicação dos direitos humanos em diversas faixas etárias e casos diversos, como o da EJA, por exemplo. Desta forma, reconhece-se um grande avanço na EJA, mas ainda há muito a ser feito para que haja equidade de raça e de situação social no acesso à educação e melhoria na qualidade de ensino, garantindo uma escola inclusiva livre de discriminação e preconceito.

### 3 AS CONQUISTAS POR DIREITOS

A sociedade contemporânea vivencia um processo fragmentado de valores, resultado da diversidade cultural cuja narrativa está composta principalmente por índios, europeus e africanos. É relevante pensar na diversidade como particularidade fundamental na construção de uma identidade nacional. Esta diversidade relacionou-se a partir de então à diversidade de etnias que se concebeu o povo brasileiro. Seguindo esta concepção, seria uma ignorância manter fora do currículo da EJA, das escolas brasileiras as contribuições trazidas por estes povos.

A condição inicialmente escrava dos primeiros (os negros) e as conseqüências sócio-históricas a ela vinculadas contribuíram para acentuar a diferença que fundamenta a discriminação, mas o complexo processo de miscigenação aqui efetivado teceu o véu que pretende disfarçar o preconceito e que precisa ser permanentemente denunciado (PROENÇA FILHO, 1975, p. 9 apud FONSECA, 2002, p. 101).

Na atualidade, a sociedade brasileira passa por uma grande movimentação social em múltiplos âmbitos de atuação que não só a educação. Nesse mesmo tempo, a educação parece ser o universo de maior polêmica e tensão quando o assunto são as relações étnico-raciais.

Capucho afirma que:

A educação da população, almejada e propagada pelas elites brasileiras, foi colocada a serviço do fortalecimento do espírito de civismo e da harmonia social, portanto instrumento de regeneração, aperfeiçoamento e consenso social atrelada à (con)formação para a cidadania (2012, p. 26).

A educação fortalece o civismo social, no entanto por muito tempo foi negada a muitos por ser considerada uma ameaça à ordem existente nos diferentes períodos da história brasileira. A negação da educação aos cidadãos reforça a submissão assegurada por meio da pobreza, ignorância e força bruta. A educação é considerada necessária e ao mesmo tempo temerosa aos que detêm o poder político. Isto acontece porque ela passa a assegurar direito a todos à participação social, política, econômica, tornando o cidadão um ser construtor de seus próprios caminhos, capaz de decidir sozinho seu destino, não mais oprimido pelo sistema escravista. O ambiente escolar propicia uma construção de novas atitudes, onde o educador não deve se desvaler do conhecimento prévio do seu educando. Durante enfoca o assunto mencionando que:

O processo de ensino e aprendizagem significativo deve partir dos conhecimentos prévios construídos pelos educandos, compreendidos como veículos para a aprendizagem e não como obstáculos. [...] não se pode considerar que o educando abandone suas ideias prévias, mas que as use, até mesmo negando as, para, a partir delas, desenvolver novos significados (1998, p. 42).

Cada ser humano ao adentrar o ambiente escolar, especificamente na modalidade EJA, leva consigo uma gama de conhecimentos adquiridos do seu cotidiano, importante para o seu processo de aprendizagem, que podem ser utilizados pelos instrutores do ensino dentro da escola, seja professor, coordenador ou gestor. É necessário que o educador seja observador e saiba se utilizar desse recurso tão importante presente dentro da sala de aula, muitos alunos possuem o desejo de compartilhar seus conhecimentos culturais, principalmente os afrodescendentes que carregam consigo a marca de sua origem marginalizada na pele. As atividades desenvolvidas dentro da escola em sua plenitude deveriam ser voltadas diretamente para os alunos, ajudá-los a sobressair socialmente, em diferentes ambientes, se reconhecendo como um dos relevantes personagens de sua própria história. Segundo Meksenas, o aluno da EJA é reconhecido como:

Um elemento dinâmico que deve re-criar o conhecimento junto com o professor. O aluno é um agente social que leva para a escola uma série de experiências acumuladas do cotidiano, essas tornam o aluno capaz de reelaborar os conceitos emitidos pelo professor. É nessa contraposição entre a experiência do professor e a experiência do aluno que o conhecimento se faz (1991, p. 101).

Os alunos afrodescendentes em sua maioria não conseguem expor suas ideias referentes aos momentos vividos por seus antepassados no período colonial, alguns por vergonha, outros por não se interessarem pelos fatos outrora mencionados a respeito de sua cultura. Existem também aqueles que conhecem sua história profundamente, e acreditam que os fatos mencionados nos livros e expostos por alguns educadores não condizem com a realidade perpassada de seus entes queridos; tentam argumentar e contar sua história e acabam por serem menosprezados, taxados como alunos problemáticos, cheios de razão. O desconhecimento dos fatos específicos a respeito da cultura africana, acaba por inibir muitos alunos, restando seu desejo de aquisição de conhecimento. Nas palavras de Santos,

É importante considerar a diversidade cultural interna à nossa sociedade; isso é de fato essencial para compreendermos melhor o país em que vivemos. Mesmo porque essa diversidade não é só feita de idéias; ela está também relacionada com as maneiras de atuar na vida social, é um elemento que faz parte das relações sociais no país. A diversidade também se constitui de maneiras diferentes de viver, cujas razões podem ser estudadas, contribuindo dessa forma para eliminar preconceitos e perseguições de que são vítimas grupos e categorias de pessoas (1987, p. 16).

A sala de aula deve ser um espaço de socialização de conhecimento, no entanto, ainda deixa muito a desejar nesse sentido, pois o espaço para compartilhamento é restrito, a preocupação de muitos alunos e professores se diferem dos demais, alguns só desejam o papel de conclusão de curso, outros mais aprimoramentos educacionais. Muitos educadores que atuam na EJA possuem uma carga horária de trabalho exaustiva, isso acaba suprimindo seu método didático, deixando os alunos com muitas dúvidas e despreparados para enfrentarem a democracia.

A educação deve, pois, procurar tornar o indivíduo mais consciente de suas raízes, a fim de dispor de referências que lhe permitam situar-se no mundo, e deve ensinar-lhe o respeito pelas outras culturas [...] O conhecimento das outras culturas tornamos, pois, conscientes da singularidade da nossa própria cultura mas

também existência de um patrimônio comum ao conjunto da humanidade (DELORS, 2008, p. 48).

Os aspectos relevantes ao sistema educacional e o preconceito étnico racial sempre receberam destaques tanto na atuação da militância negra como nos estudos acadêmicos sobre desigualdades raciais devido à sua inquestionável importância na compreensão e no enfrentamento das desigualdades sociais e raciais no país. Em geral, a educação é considerada e analisada como atributo individual, capital primordial no processo de realização dos indivíduos. No entanto, a compreensão das desigualdades educacionais deve tratar a educação não somente nessa perspectiva, mas também como um processo de aquisição que agrega as políticas educacionais e as características institucionais no seu modelo analítico. A Declaração Mundial de Educação para Todos de Jomtien, de 1990, destaca entre outras coisas “garantir as aprendizagens básicas, habilidades e competências, por meio da escolarização, a todas as pessoas (crianças, jovens e adultos) necessárias a uma vida digna visando uma sociedade mais humana e mais justa” (SILVA FILHO, ARAÚJO, COSTA, BRASIL, SILVA & CARNEIRO 2017, p. 99).

Garantir que todos aprendam na escola é também garantir a inclusão de todos. Não há como pensar na aprendizagem de todos sem um processo verdadeiro de inclusão. Neste sentido, um dos princípios da inclusão é a total ausência de qualquer tipo de preconceito. Isto significa que devemos reconhecer e respeitar a diversidade, as diferenças individuais uns dos outros exatamente porque temos os mesmos direitos. Brancos, negros, pardos, índios todos têm direito a educação, a saúde, a segurança pública e daí por diante. Então nada justifica o preconceito racial na escola.

#### 4 MULTICULTURALIDADE NA EJA

O Brasil é um país multicultural. Desta forma, se torna evidente a necessidade de se trabalhar toda as formas culturais que possam contribuir para a formação do povo brasileiro nas suas escolas, especialmente na modalidade de ensino EJA, independente de qualquer circunstância. Compreendendo que se houver em algum aspecto de práticas de exclusão cultural ou um tratamento diferenciado (menosprezado) de um aluno oriundo de outra cultura, os educandos tomarão as mesmas atitudes, prevalecendo um ambiente de exclusão. Diante destes e demais motivos se torna imprescindível trabalhar a multiculturalidade na sala de aula, na educação de jovens e adultos, que por mais que sejam pessoas maiores de idade também necessitam de conscientização sobre o preconceito e discriminação, em diversos âmbitos sociais.

Multiculturalidade não se constitui na justaposição de culturas, muito menos no poder exacerbado de uma sobre as outras, mas na liberdade conquistada, no direito assegurado de mover-se cada cultura no respeito uma da outra, correndo risco livremente de ser diferente, sem medo de

ser diferente, de ser cada um “para si”, somente como se faz possível crescerem juntas e não na experiência da tensão permanente, provocada pelo todo-poderosismo de uma sobre as demais, proibidas de ser (FREIRE, 1992, p. 156).

Um ambiente multicultural pleiteia proporcionar uma renovação de mentalidade, o êxito sobre todo e qualquer tipo de preconceito, combatendo as ações discriminatórias, deligenciando uma nova ética alicerçada no respeito às diferenças. Eis aí o papel central da escola, apesar disso não ocorrer de fato em algumas das instituições. Numa sala de aula onde prevalece um ensino que privilegia diversas culturas, incentiva o desenvolvimento da auto-estima dos alunos, fazendo com que se percebam como parte integrante da história do Brasil. Estas ações resultam, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de ensino, preparando o educando para a cidadania. Partindo deste pensamento, Candau (2002, p. 85) afirma que “o que precisa ser mudado não é a cultura do aluno, mas a cultura da escola, que é construída a partir de um único modelo cultural, o hegemônico, apresentando um caráter monocultural”. Numa sala de aula onde prevalece um ambiente que favoreça a multiculturalidade, a educação deixa de ser um fator de exclusão para ser um fator de coesão.

Para se promover esta linha de multiculturalidade ainda é necessário se libertar da Educação Eurocêntrica a qual se encontra impregnada na sociedade contemporânea, provocando a perpetuação do preconceito. A Educação formal no Brasil, perpetuou por muito tempo a cultura Eurocêntrica como a melhor, sendo que para algumas pessoas ainda continua sendo a denegação de outras culturas, mesmo estas fazendo parte da sua formação cultural. As crianças por sua vez, crescem nestes ambientes e internalizam as informações encontradas neles, mesmo elas estando contidas só no currículo oculto da escola, o qual engloba todas as atividades que não constam oficialmente no currículo, mas estão contidas no cotidiano dos membros da comunidade escolar, tais como cadernetas de frequência, matérias, combinados, penitências (castigo) e muitas outras. Por isso é importante mostrar os valores, a história, ou seja, nossa própria cultura, “abrindo os olhos” desde pequenos para sua realidade, que na sua maioria é formada por afro-descendentes. Deve-se mostrar para as crianças brasileiras que todos os seres humanos são diferentes em diversos aspectos, seja físico, no modo de pensar, personalidade, gostos, entre outros. Mostrar que perante as leis brasileiras, e a condição que envolve a todos os seres humanos, todos devem ter os mesmos direitos, sejamos negros ou brancos, ricos ou pobres, homens ou mulheres, apesar de não ser o que acontece de fato. Segundo Mockus, é fundamental esclarecer às crianças que apesar dos outros terem fatores diferentes dos seus, o respeito sempre deve prevalecer, assim diz que:

Regras parcialmente distintas às minhas, de nenhuma maneira significa que eu possa ou deva negligenciar as minhas. Se reconheço a legitimidade de outras

tradições culturais, nem por isso devo debilitar meu interesse por elaborar e intensificar minha preferência por uma tradição específica (2002, p. 22).

Na contemporaneidade, surgem fragmentos de uma educação que contemple a visão de que todos os seres humanos são diferentes entre si, e que devem ter estas diferenças respeitadas e valorizadas. A escola, no contexto geral, deve estar sempre contemplando as diversas culturas existentes no espaço social, principalmente aquelas que formam a raiz cultural do país: africana, indígena, portuguesa, além da italiana. No caso do estado da Bahia, a cultura afro-brasileira deve estar ainda mais presente por ser o estado onde a presença de afro-descendentes é mais forte, e conseqüentemente a cultura disseminada pelos africanos e seus descendentes nascidos no Brasil. A cada dia é preciso estimular as crianças, jovens e adultos a aprender a conviver com multiculturalidade, fazendo da escola uma amostra do mundo lá fora, mostrando a cada um que se vive em um país diversificado, formado a partir de várias culturas, que é primordial respeitar as diferenças. Segundo Braslavsky,

Conviver é chegar a viver juntos entre distintos sem os riscos da violência e com a expectativa de aproveitar de maneira fértil nossas diferenças. O desafio da convivência é basicamente o desafio da tolerância à diversidade e esta encontra sua manifestação mais clara na ausência de violência (2002, p. 14).

## 5 COMPROMISSO SOCIAL

É necessário se compreender a política como um fenômeno da organização social, e da constante busca de justiça e de desejo dentre as pessoas. Em muitos casos, esse desejo está diretamente alusivo a diversos fatores que mobilizam a sociedade, como a educação, a saúde, a moradia, o transporte, aposentadoria digna, estabilidade econômica entre outros. É por meio dessa busca e da necessidade de algo que surge o papel das políticas públicas dentro do Estado.

Para Cunha & Cunha (2002), as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em longo prazo. Em outras palavras, a política pública surge quando há uma demanda, ou seja, um problema, e através desse problema é que ocorre a fundamentação, neste caso, as leis, que através destas tornam-se políticas públicas.

A política pública é um dever condicionado do Estado, porém emerge em muitas vezes, da reivindicação de toda a sociedade. No Brasil, não existe uma discriminação racial de maneira oficializada, inscrita na lei. A constituição é clara quando diz não deve ser admissível qualquer exclusão de um cidadão ou cidadã, seja ela por seu sexo, raça, cor ou religião. Como diz no Art. 5 da Constituição Federal de 1988 “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,

garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, p. 15).

O que se vê no Brasil é que só a legislação instituída não é o suficiente, ela é sem dúvida de grande valência, mas acima de tudo é fundamental que junto a ela sejam somadas políticas efetivas de combate à discriminação racial e de um processo de re-educação frente às diferenças. Assim, o combate à discriminação e ao preconceito também pode ser realizado através da promoção de igualdades de oportunidades ou ações afirmativas.

As ações afirmativas, de acordo com Munanga & Gomes (2004), conseguem ser entendidas como políticas de combate ao racismo e à discriminação racial, na medida em que conseguem promover ativamente a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, instituindo meios que façam com que as classes socialmente discriminadas tenham as mesmas chances e condições de vivência digna e livre no contexto social. Essas ações podem ser compreendidas como um conjunto de políticas, ações e orientações públicas ou privadas, de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, cujo intuito consiste na correção de desigualdades que historicamente têm sido impostas, gerando discriminação e exclusão em determinados grupos sociais e/ou étnico-raciais.

Trata-se de uma transformação de caráter político, cultural e pedagógico. Ao implementá-las, o Estado, o campo da Educação e os formuladores de políticas públicas saem do lugar de suposta neutralidade na aplicação das políticas sociais e passam a considerar a importância de fatores como sexo, raça e cor nos critérios de seleção existentes na sociedade. Nesse sentido, as políticas de ação afirmativa têm como perspectiva a relação entre passado, presente e futuro, pois visam corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por fim a concretização do ideal de efetiva igualdade e a construção de uma sociedade mais democrática para as gerações futuras (MUNANGA & GOMES, 2004, p. 186).

Existem ainda quem acreditem que as relações entre pessoas brancas e negras são marcadas pela igualdade, harmonia e solidariedade, afinal todos são pertencentes a uma mesma raça: a de seres humanos. Outros creem que existem diferenças significativas, passando a atingir uma postura tranquila, acreditando subitamente na falsa ideia de superioridade de uns em detrimento de outros. O fato é que essa desigualdade só acaba por garantir a distinção de oportunidades educacionais, de emprego e de acesso à saúde para negros e brancos, apontando indicativos sociais que revelam o grande abismo existente entre negros e brancos no nosso país. Passos insiste que:

As desigualdades raciais no Brasil têm impedido milhões de negros e negras a

terem acesso aos direitos fundamentais. Essa afirmação, cada vez mais presente na mídia, em estudos, estatísticas e pautas governamentais, evidencia que o racismo traz consequências para a população negra em todas as esferas da vida social (trabalho, educação, saúde, moradia, expectativa de vida etc.) (2013, p. 101).

A exclusão dos negros do processo de escolarização acompanha toda a história da educação no Brasil. Mas foi somente na última década que ações afirmativas foram elaboradas no sentido de proporcionar a entrada de homens e mulheres negros em universidades públicas:

No Brasil, as cotas raciais ganharam visibilidade a partir dos anos 2000, quando universidades e órgãos públicos começaram a adotar tal medida em vestibulares e concursos. A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira instituição de ensino no Brasil a adotar o sistema de cotas raciais, em junho de 2004. De lá para cá o número de universidades que possuem ação afirmativa baseada em raças só aumentou e hoje já representa a maioria das universidades federais (LESME, p. 2016).

O sistema de cotas raciais no Brasil não beneficiaria apenas os negros e que algumas instituições públicas do norte do país reservam vagas ou empregos também para indígenas e seus descendentes, sendo que algumas também reservam parte de suas vagas para candidatos pardos. Até aqui se procurou destacar tanto uma gradual transformação nas políticas educacionais - que num determinado momento passou a se importar não apenas com as crianças, mas também com a parcela de jovens e adultos que foram excluídos do processo educacional - quanto as formas precárias como os negros e negras foram introduzidos nos bancos escolares e de como um passado escravista parece marcar suas trajetórias desde então. Passamos a nos deter especificamente sobre a presença de alunos e alunas negros na EJA. Com isso, Fonseca enfatiza que:

as práticas educativas não buscavam uma transformação no status dos negros na sociedade livre, mas sua manutenção na condição que foi tradicionalmente construída ao longo de mais de três séculos de contato entre negros e brancos: deveriam permanecer como a parcela de mão-de-obra do estrato mais baixo do processo produtivo e ter suas influências sociais controladas ou minimizadas para que a população brasileira não sofresse um súbito processo de africanização junto à abolição do trabalho escravo (2002, p. 142).

O mito da democracia racial tem em sua base um pensamento sobre relações raciais na sociedade brasileira em que, da regeneração do povo, por meio da

assimilação, o tipo humano negro é substituído pela emergência da defesa da possibilidade “de unidade do povo brasileiro como produto das diferentes raças” (JACCOUD, 2008, p. 54), (brancos, negros e indígenas). Essa ideia é reforçada pela crença de que a “dimensão positiva da mestiçagem” e a “convivência harmônica” entre os grupos raciais fazem com que, no Brasil, não existam os conflitos raciais observados em outros países.

Para Gonçalves, a educação destaca-se como uma de suas principais bandeiras de luta, contra o preconceito embora, nem sempre, sob a mesma perspectiva, tendo em vista que:

Ora era vista como com estratégia para equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora como veículo de ascensão social e por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio da qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano (2005, p. 337).

As oportunidades de acesso aos serviços públicos essenciais devem ser garantidas a todos os seres humanos, independentemente da raça, crenças, nacionalidade ou condição social.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos limites deste artigo, ambicionou-se analisar a questão do racismo na educação brasileira, especificamente na EJA, apresentando sua construção histórica, para a partir daí pensar em estratégias de superação desse racismo na escola. No primeiro momento, foi feito um breve histórico das relações dos jovens e adultos com a escola. Em consequente estabelecido uma relação entre os negros e a educação e, para tanto, foi necessário deslumbrar os processos educacionais que pretenderam atingir essas populações, salientando as transformações históricas sofridas por essas políticas e as modificações das questões raciais na contemporaneidade do ensino. Salientou-se, também, que existem muitos alunos na EJA que são afrodescendentes e destacamos alguns autores da área de educação que chegam a estabelecer uma conexão entre a EJA e as políticas afirmativas voltadas para as populações afrodescendentes.

Em termo geral, o intuito dessa escrita foi contribuir com as discussões à respeito da promoção da igualdade racial por compreender que a realidade atual ainda se mostra marcada por uma profunda diferença hierárquica que impõe condições deprimentes de vida para os homens e mulheres negros tantas vezes sujeitos à violência, exclusão e ao preconceito. Constatou-se, por meio desta pesquisa bibliográfica, que a maior parte dos alunos que recorrem à EJA é composta por negros, ou pessoas de classe baixa, que não teve acesso ao ensino regular na idade certa.

Diante dos fatos, surge o quanto é importante a inclusão de temáticas étnico-raciais nas propostas curriculares que escapem a perspectivas totalizantes e possam se produzir com bases em demandas particulares, nesse caso, a dos negros e negras. O aumento da presença de negros e negras nos bancos escolares representa definitivamente um avanço social significativo que só futuramente demonstrará seus ganhos. Mas não se pode esquecer que esse é apenas o início de um processo ainda bastante longo a ser percorrido que se encerraria numa real igualdade racial, ou de direitos.

As questões envolvendo as diferenças étnico-raciais devem ser consideradas na elaboração das aulas e das atividades dos professores, e nunca se deve esquecer da origem da população brasileira, não se pode desconsiderar as classes que compõem a nossa sociedade como importantes na construção social.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Educação e exclusão da cidadania**. São Paulo: Cortez. 2013.

BRASIL. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil**: lições da prática. Brasília: UNESCO, 2008.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 e 52/2006e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRASLAVSKY, C. Educação para todos para aprender a viver juntos: um desafio prioritário no século XXI. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Aprender a viver juntos**: educação para a integração na diversidade. Educação do trabalhador, n. 3. Brasília: Unesco, IBC, SESI, UnB, 2002.

CANDAU, V. M. (Org.). **Sociedade, educação e cultura (s)**: questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAPUCHO, V. **Educação de jovens e adultos**: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania. São Paulo: Cortez, 2012.

CUNHA, E. de P.; CUNHA, E. S. M. Políticas Públicas e Sociais. In: CARVALHO, A.; SALES, F. (Orgs.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DELORS, J. et al. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 2008.

DURANTE, M. **Alfabetização de Adultos**: leitura e produção de textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FONSECA, M. N. S. (Org.). **Brasil afro-brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GONÇALVES, L. A. Os negros e educação no Brasil. In: LOPES, E. M. et al. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LESME, A. **O que são as reservas de vagas?** São Paulo, SP: Abril, 2016.

JACCOUD, L. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

MEKSENAS, P. **Aprendendo Sociologia**: A Paixão de Conhecer a Vida. 6. ed. São Paulo: Ed Loyola 1991.  
MOCKUS, A. Convivência como harmonização de lei, moral e cultura. In: BRASLAVSKY, C. (Org.). **Aprender a viver juntos**: educação para a integração na diversidade. Educação do trabalhador, n. 3. Brasília: Unesco, IBC, SESI, UnB, 2002.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: Um ponto de vista em defesa das cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, jul./dez. 2001.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **Para entender o negro no Brasil de hoje**: histórias, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.

PASSOS, F. J. dos. **A urgência de um processo de desconstrução do racismo institucional rumo a verdadeira democracia racial**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

RIBEIRO, M. L. Representações sociais de professores sobre afetividade. **Estudos de psicologia**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 39- 45, 2001.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA FILHO, A. H. da et al. A Declaração de Juntien de 1990: novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem. III Mostra Científica de Educação e Direto Comparados – perspectivas epistemológicas da educação e política educacionais. Ciudad del Este – Paraguay, **Anais...** Caderno de Resumos Apresentações Orais, São Paulo: Reflexão, julho de 2017.

VIEIRA, L. de S.; BURITY, D. Q. G.; VASCONCELOS, F. J. M. Direitos humanos em educação e educação em direitos humanos. In: **Variegado Jurídico-educacional**: comentários acerca da educação continuada, formação docente e direito educacional. 1. ed. São Paulo: Reflexão, 2017.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Antônio Hilário da Silva Filho**

*Universidade Virtual de Roraima - UNIVIRR, Brasil*

Professor da UNIVIRR, graduado em Letras (UFRR), especialista em Psicopedagogia (UFRJ), Supervisão Escolar (UFAM), Visão Interdisciplinar em Educação (FEC/RO), mestre em Letras (UFRR), doutorando em Educação (UNINTER/PY). Coordenador de Ensino da PROE/UNIVIRR.

E-mail: hilario64filho@gmail.com

### **Jucimar Vieira Araújo**

*Secretaria de Estado da Educação e Desportos de Roraima - SEED, Brasil*

Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Sistema Federal, Graduada em Letras (UFRR), especialista em Supervisão Escolar (UFRJ), Administração Escolar (USO/RJ), Planejamento, Inovação e Gestão das Práticas Educacionais (Gama Filho), Visão Interdisciplinar em Educação (FEC/RO), Educación Internacional (ALCALÁ/Espanha), mestre em Educação (ALCALÁ/Espanha) e doutoranda em Educação (UNINTER/PY). Atuou como membro do Comitê de Assessoramento de Aplicação dos Instrumentos de Avaliação do INEPE/MEC nas Unidades Prisionais e Socioeducativas. Coordenou a Divisão de Educação de Jovens e Adultos de SEED/RR. Foi presidente da Comissão Especial do Plano de Educação no Sistema Prisional de Roraima – SEED-RR. É membro do grupo de pesquisa CNP FONTA - Formação de Professores, Novas Tecnologias e Avaliação.

E-mail: jucivaraujo@hotmail.com

### **Josiane Silva de Souza**

*Universidad Internacional Tres Fronteras - UNINTER, Paraguai*

Licenciada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Licenciada em Pedagogia pela FACETEN. Pós-graduada em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela UNINTER.

E-mail: ciane3@outlook.com

### **Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro**

*Centro Universitário Católica de Quixadá, Brasil*

Graduação em Letras pela Universidade Federal do Ceará (1984), aperfeiçoamento em Ensino de Língua Portuguesa (1991) pela Universidade Federal do Ceará e especialista em Ensino do Português (1996) pela Universidade Estadual do Ceará. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Ceará (2004), doutorado em Ciências da Educação pela Universidad Del Norte (2009). Pós-doutora em Educação pela Universidade do Minho - Portugal, em 2016. Professora assistente aposentada da Universidade Estadual do Ceará. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em ensino da língua, mais precisamente, com estudos voltados para o ensino da leitura. Membro do Comitê de Ética da UNICATOLICA. Coordenadora do Núcleo de

Publicação da UNICATOLICA. Professora convidada da Universidad Americana - PY, em 2013 e 2014, professora convidada da UNINTER - Universidade Tres Fronteras, como docente nos cursos de Mestrado e Doutorado em Ciências da Educação desde 2013. Professora da Unicatólica nos cursos de Psicologia, Sistema de Informação e Filosofia, com as disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II, além de orientadora de vários trabalhos no curso de especialização em docência do ensino superior na Unicatólica e de outras IES.

E-mail: stanagila@hotmail.com